

LUTAS, (RE)EXISTÊNCIAS E DIREITOS HUMANOS: O MOVIMENTO JORNALERO EM ANDALUZÍA, ESPANHA

LUCHAS, (RE)EXISTENCIAS Y DERECHOS HUMANOS: EL MOVIMIENTO JORNALERO EN ANDALUCÍA, ESPAÑA

Márcia Yukari Mizusaki¹

Resumo

O presente trabalho tem como propósito identificar, problematizar e analisar as formas de (re)existências e processos de lutas por direitos por parte de um distinto coletivo humano, o movimento *jornalero* na Comunidade Autónoma de Andaluzia, Espanha. Esse processo tem levado o movimento *jornalero* à ações constantes de lutas por direitos que os opõe claramente àqueles que possuem interesses antagônicos aos seus, evidenciando a dimensão de classe e das relações de poder que acompanham e pressupõem os direitos humanos. O encaminhamento metodológico para a execução desse trabalho envolveu pesquisa bibliográfica sobre a realidade agrária andaluza, além do levantamento de dados primários e secundários. Os dados primários foram baseados em pesquisa de campo, por meio de entrevistas semiestruturadas com lideranças ligadas ao principal movimento sindical de Andaluzia, o SOC/SAT (Sindicato de Obreros Del Campo/Sindicato Andaluz de Trabajadores) e trabalhadores camponeses. O levantamento de dados secundários baseou-se em sites de órgãos oficiais que tratam de temas relativos ao campo em estudo, como a Conserjería de Agricultura, Pesca y Desarrollo Rural; o INE (Instituto Nacional de Estadística), EUROSTAT (European Statistics); em sites de notícias, como o informe do SAT e de informativos ligados às províncias que compõem a Comunidade Autónoma de Andaluzia.

Palavras-chave: (Re)existências; direitos humanos; movimento jornalero.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo identificar, problematizar y analizar las formas de (re) existencias y procesos de lucha por los derechos de un colectivo humano distinto, el movimiento periodístico en la Comunidad Autónoma de Andalucía, España. Este proceso ha llevado al movimiento periodístico a acciones constantes de luchas por los derechos que se oponen claramente a aquellos que tienen intereses antagónicos con los suyos, destacando la dimensión de la clase y las relaciones de poder que acompañan y presuponen los derechos humanos. Este trabajo incluyó una investigación bibliográfica sobre la realidad agraria andaluza, además de la encuesta de datos primarios y secundarios. Los datos primarios se basaron en investigaciones de campo, a través de entrevistas semiestruturadas con líderes vinculados al principal movimiento sindical en Andalucía, SOC / SAT (Sindicato de Obreros del Campo / Sindicato de Trabajadores de Andalucía) y trabajadores camponeses. La encuesta de datos secundarios se basó en sitios web de agencias oficiales que tratan temas relacionados con el campo en estudio, como la Conserjería de Agricultura, Pesca y Desarrollo Rural; el INE (Instituto Nacional de Estadística), EUROSTAT (Estadística Europea); en sitios de noticias, como el informe SAT y boletines vinculados a las provincias que conforman la Comunidad Autónoma de Andalucía.

¹ Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD. marciamizusaki@ufgd.edu.br

Palabras clave: (Re) existencias; derechos humanos; movimiento jornalero

Introdução

Tem sido lugar comum compreender os direitos humanos a partir de algo que está fora dos sujeitos, restrito a um saber especializado do direito e contido nas normas e instituições responsáveis por mantê-la.

Sanchez Rubio (2018) nos chama a atenção ao fato de que os direitos humanos não podem ser compreendidos descolados de sua perspectiva histórica, relacional, que é o que lhe dá o conteúdo. Estabelece uma crítica à perspectiva reducionista que os compreende como sendo de caráter pós-violatório, institucional, restrito a normas, burocracias, e cujo saber estaria nas mãos de especialistas do direito e ligados, portanto, ao Estado. Ao desvendar as contradições sócio históricas que foram sendo atribuídas à ideia de direitos humanos, que de um ponto de vista geral e abstrato é convenientemente aceito pelas sociedades que aspiram parecer civilizadas, elucida que no plano concreto das lutas por direitos, revelam-se relações de poder e de interesses, quando reconhece direitos para alguns e os nega para outros, como o que se verifica em questões de classe, gênero, nacionalidades, étnicas etc. Fomos historicamente destituídos da nossa dimensão constituinte popular, cujas lutas, são a base concreta para a formulação teórica dos direitos. Essa dimensão constituinte popular é anulada por relações de poder instituídas, geridas pelos protagonistas do poder oligárquico, que possuem o controle sobre o poder instituído, expresso nos Estados constitucionais de direito. Esse poder são as grandes corporações multinacionais e financeiras, agentes reguladores como o FMI, OMC, BM em articulação com as classes dominantes nacionais. A partir da estrutura do que compõe os direitos humanos, o autor lembra que a luta social é, portanto, o elemento histórico que dá origem aos direitos humanos, entendidos como:

... un conjunto de prácticas, acciones y actuaciones sociopolíticas, simbólicas, culturales e institucionales tanto jurídicas como no jurídicas, realizadas por los seres humanos cuando reaccionan contra los excesos de cualquier tipo de poder que les impide que puedan auto-constituirse como sujetos plurales y diferenciados. Estarían muy vinculadas con modos de efectividad de derechos y caminos o técnicas de garantías (SANCHEZ RUBIO, 2019, p. 24).

Dessa forma, as mobilizações sociais, como o movimento *jornalero* em Andaluzia, Espanha são, portanto, manifestações legítimas constituintes dos sujeitos, pois nelas se manifestam “... a dimensão combativa, libertadora e de luta instituinte

popular própria dos movimentos sociais que exercem o poder popular soberano da luta pelos direitos diante de contextos de dominação, exploração e discriminação.” (SANCHEZ RUBIO, 2017, p. 20). É a partir dessas lutas que se abrem processos de proteção e de garantia de direitos. A partir dessa perspectiva histórica, relacional e de sua mediação pelas relações de poder, o autor compreende que fazer direitos humanos implica prática cotidiana, numa perspectiva multiescalar e pluriespacial (SANCHEZ RUBIO, 2018). A partir de tais premissas, o autor destaca também a importância de um co-ensinar e co-educar solidários, objetivando-se perspectivas emancipatórias nas lutas por direitos.

Partindo de tais premissas, nosso objetivo é identificar, refletir e problematizar sobre formas de (re)existências e processos de lutas por direitos por parte de um distinto coletivo humano, em contexto onde se verifica a violação e a luta cotidiana por direitos humanos, frente ao avanço destrutivo e homogeneizador das relações capitalistas de produção. Nesse aspecto, propomo-nos a identificar esses coletivos a partir da sua expressão particular/geral no interior das estruturas econômicas e contextos culturais. Nosso estudo foi realizado a partir das lutas do movimento *jornalero* na Comunidade Autônoma de Andaluzia, Espanha.

Embora diversas, do ponto de vista das particularidades históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas, ou seja, da sua formação socioespacial, como diria Milton Santos (2004), as diferentes lutas e (re)existências apresentam também unidade, a partir das relações sociais que conformam e sustentam o modo de produção capitalista, as quais distintas realidades encontram-se inseridas, apresentando dessa forma, também similaridades e unidade no fazer cotidiano dos direitos humanos, perante seus enfrentamentos frente ao poder instituído. Na referida obra, Milton Santos lembra que a sociedade, que é uma sociedade total, deve ser o fundamento de todo saber humano. Esse saber, que não se apresenta diante de nós sob todos os seus aspectos, são analisados a partir de uma totalidade menor, de cada ramo do saber.

Para a análise desse processo foi importante a identificação dos padrões de conflitividade, que externalizam e expressam em essência a dimensão estrutural contida nas lutas por direitos. Manifestam por e a partir dessa dimensão, como esses sujeitos estão inseridos, no contexto das relações socioespaciais de produção, indicando caminhos para identificação de seus conteúdos (sociais, econômicos, políticos,

culturais) que conformam as particularidades de suas lutas. Uma forma de abordagem que compreende as estruturas econômicas em sua relação dialética com o meio cultural dos sujeitos sociais, possibilitando-nos uma perspectiva de totalidade, conforme Moreno Navarro (1993).

O encaminhamento metodológico para a execução desse trabalho envolveu pesquisa bibliográfica sobre a realidade agrária andaluza, além do levantamento de dados primários e secundários. Os dados primários foram baseados em pesquisa de campo, por meio de entrevistas com lideranças ligadas ao principal movimento sindical de Andaluzia, o SOC/SAT (Sindicato de Obreros Del Campo/Sindicato Andaluz de Trabajadores) e trabalhadores campesinos. Entrevistamos trabalhadores que ocupavam a propriedade pública Somontes, vinculada ao SAT. Acompanhamos também uma manifestação pública organizada pelo SAT e uma de suas reuniões organizativas. As entrevistas foram realizadas durante os meses de setembro e outubro de 2019. O levantamento de dados secundários baseou-se em sites de órgãos oficiais que tratam de temas relativos ao campo em estudo, como a Conserjería de Agricultura, Pesca y Desarrollo Rural; o INE (Instituto Nacional de Estadística), EUROSTAT (European Statistics); em sites de notícias, como o informe do SAT e de informativos ligados às províncias que compõem a Comunidade Autónoma de Andaluzia.

Lutas, direitos e (re)existências em Andaluzia

A Espanha possui uma superfície total de 506.030 km², incluindo as ilhas e arquipélagos adjacentes (Baleares e Canárias) e as cidades de Ceuta e Melilla. (Gobierno de España. Geografía). Do total de 20 Comunidades autônomas e uma população de 46.815.916 habitantes (INE, 2011), uma delas é a Comunidade Autónoma de Andaluzia.

A superfície total de Andaluzía é de 87.597 km² e em 2016, concentrava 18,1% da população espanhola (CAPDR, 2017). Para o mesmo ano, em Andaluzía, 56% das explorações com SAU (Superfície Agrícola Utilizada) representavam apenas 7,2% das terras, ao passo que 51,3% das SAU eram ocupadas por apenas 3,6% das explorações, conforme o Instituto Nacional de Estadística (INE, 2016). Essa desigual estrutura social, foi sendo constituída historicamente ao longo do processo de apropriação das terras andaluzas por uma elite mercantil-latifundista, em detrimento da maioria da

população camponesa. Foi, portanto, no interior do próprio desenvolvimento das relações sociais de produção na região, que foram se constituindo as particularidades no processo de formação do trabalhador sem terra andaluz.

Desde a época romana, que mantinha grandes explorações trabalhadas por escravos; da ocupação moura; após a Reconquista Cristã e a formação da burguesia mercantil a partir séculos XVI e XVII, as terras encontram-se nas mãos de uma minoria privilegiada (SAUZION, 2015). Do processo histórico de conformação das grandes propriedades, a maior parte dos camponeses foi expulsa dessas terras, constituindo-se ao longo do processo em uma grande massa de proletários. O processo violento que marcou a expropriação camponesa, levou, em 1845, às primeiras manifestações de luta pela terra, quando ocupam propriedades e realizam outras ações de protesto. Foram muitas as revoltas e greves durante os séculos XIX e XX. Moreno Navarro (1993) chama a atenção de que, nesse histórico movimento de resistência, participaram *jornaleros*, pequenos proprietários e artesãos, unidos por dois fatores comuns: a dominação pela classe dos proprietários de terra e a “... creencia campesina en el derecho a la tierra por el trabajo” (MORENO NAVARRO, 1993, p. 349). Esse sistema de pensamento, do direito à terra pelo trabalho, se expressava no conjunto da vida social camponesa e este era seu fundamento. Almeida, Gallar Hernández e Calle Collado (2014), também entendem que o protagonismo do movimento jornalero não elimina a questão camponesa em Andaluzia, uma vez que sua condição jornalera não foi uma opção, mas um bloqueio, perante a supremacia de um modelo capitalista hegemônico.

O contexto dos anos de 1970 e início dos 80 é considerado fundamental para entender a situação do campesinato em Andaluzia. O fim da ditadura franquista desnuda uma realidade de crise, fome, desemprego e de retorno ao campo, mas cujas estruturas de propriedade continuavam concentradas, agravadas ao processo implementado no governo franquista de mecanização do campo, que limitava o emprego.

Nesse cenário se agudizam os conflitos no campo e as principais formas de resistência advém das lutas do movimento de *jornaleros* por terra no final dos anos de 1970 e início dos 80. Três organizações sindicais, com propostas bastante distintas se destacaram no período: o CC.OO (Confederación Sindical de Comisiones Obreras); a UGT (Unión General de Trabajadores) e o SOC (Sindicato de Obreros Del Campo). Desses três sindicatos, trataremos do SOC, que tem sido considerado como o

movimento de caráter mais anarquista e combativo e como o que mais tem sofrido represálias na União Europeia (APARICIO et.al., 2013).

O SOC teve importante papel na união, organização e luta dos *jornaleros* pelos direitos andaluzes e foi responsável pela primeira ocupação de terra desde a Guerra Civil, em 28 de fevereiro de 1978, sendo considerada como “... la organización más lúcida en la lucha por el derecho al trabajo y en contra de la pérdida de identidad jornalera” (GÓMEZ OLIVER, 1993, p. 387). Chama a atenção o fato de que o termo *jornalero*, que desde pelo menos o século XIX foi usado com caráter pejorativo para fazer referência aos trabalhadores assalariados eventuais, foi retomado pelos sindicatos, especialmente pelo SOC e CCOO, com conteúdo político e elemento de afirmação de identidade específica, chamando a atenção para as condições precárias do trabalhador do campo (TALEGO VÁZQUES, 1997).

A criação do Sindicato de Obreros del Campo (SOC), no contexto da ditadura franquista, envolveu a participação de trabalhadores *jornaleros* do campo e sacerdotes, ligados a um movimento cristão, que ficou conhecido como *curas obreros*².

Para contextualizarmos como esse movimento formou o Sindicato, expomos o depoimento de um dos fundadores do SOC, Diego Cañamero:

El movimiento surge a partir de los años 1974-75, en Andalucía. Estavamo en plena dictadura del franquismo, por la parte final de la ditadura del franquismo, donde no existian libertades de ningún tipo y donde los cuarenta años de dictadura causó un drama en el medio rural, en el campo. Analfabetismo, paro, emigración etc. Dentro de esse contexto, economico-social, surge un movimiento autoctone llamado comisiones de jornaleros, en varios pueblos de Andalucía. Y dentro de ese movimiento que surge, disperso, con personas concretas, una persona mui emblemática era un cura, Diamantino Garcia Acosta, otra persona era Francisco Casero, era de Marchena. El compañero cura era de los Corrales, otro compañero era Gonzalo Sanchez Fernandez, de Lebrija, y nosotros, yo de Coronil. Havia otro compañero, un tal Curro Ortí Adelciano, de Baena, otro compañero de Posada, de Córdoba, Antonio Homen Martín, de Posada, una compañera, de Elmonte, Penicon de Barragan, ... y otros compañeros más, de Villa Martín, Targimene, tambien algun cura

² Nos anos de 1960 do século XX, em plena ditadura franquista, cerca de 800 sacerdotes rompem com o tradicionalismo católico para ficar ao lado dos pobres. Abrem mão de seus salários, lutam por liberdades democráticas e vão trabalhar junto com os pobres. Também sofrem represálias e cárcere e tiveram importante participação da criação do SOC. (BAQUERO, Juan Miguel. Los curas obreros: cuando la lucha antifranquista nació del Evangelio. In: Eldiario.es. 18/12/2018. Acesso em 23/09/2019).

más, movimiento Cristiano, y eso se le fuera dando cuerpo. Empezamos a conocernos, empezamos a potenciar la creación de un sindicato. Y en 01 de agosto de 1976, en Antequera, un Pueblo cêntrico de Andalucía, hicimos una reunión, donde haviamos representantes de 89 municipios ya, creamos lo que fue el inicio del Sindicato de Obreros del Campo (SOC).

(...) en el ano 1977, hicimos el primer congreso constituyente de Sindicato de Obreros del Campo. Se celebró el 01, 02, 03 de septiembre de 1977, en Morón de la Frontera, un Pueblo de Sevilla. Y le dimo pida al Sindicato de Obreros del Campo. Objetivo número uno: la tierra. Por que la tierra? Porque 50% de toda la tierra de Andalucía está en mano de 2% de los propietarios. Mientras que los terratenientes poseen grandes propiedades, quinhentos mil jornaleros, medio million de jornaleros, no teníamos nada. Ni subsídio, ni empleo, ni trabajo, nada. Solamente la migración. Allí surge la decidida. Y empezamos la premera lucha ocupando tierras. En el año 78 ocupamos la premera tierra. En la zona de Lebrija, zona de Bornos, Villa Martín, en Cádiz; en la parte de la sierra sur de Sevilla, los Corrales, Ozuna, Martín de la Jara, esa zona; ocupamos tambien fincas privadas y públicas y se creó esa lucha, que aún perdura, despues de 40 años (entrevista realizada em 22/09/2019).

No relato de Diego³, se apreende a participação e a importância dos *jornaleros* na formação do Sindicato e por essa via, o fortalecimento da luta pela terra, no difícil contexto vivido no período franquista, com milhares de desempregados em situação de fome e um governo ditatorial, ainda que já no final de seu mandato. Em seu depoimento, e também em outro que identificamos em site de notícia, também se expressa o contexto de fome e de repressão, mesmo tratando-se já de um período de transição: “Cuando acababan las temporadas y no havia nada de cosechas, la gente del campo se encontraba en una desesperación absoluta. Sin nada que comer” (CAÑAMERO, D. Entrevista concedida a SERRANO, M. 06/08/2016).

Sobre o contexto de repressão por eles vivido, Diego assim relata: “La juventud no nos permitia tener miedo pero hay que recordar que las palizas las recibíamos no solo con Franco, sino con el ya creado gobierno de Suárez”. Da importância da participação dos *curas obreros* na organização sindical, é dado destaque para Diamantino Garcia: “un dia conocimos a Diamantino García y empezamos a hacer asambleas en plazas, iglesias y en pleno tajo con los campesinos para que nos contarán la problemática”. Nessa mesma entrevista, Diego Cañamero explicita também os

³ Diego Cañamero, que ampliou por um período sua atuação pelas vias institucionais, foi prefeito por dois mandatos (1987-1991 e 1995-2001) no município de El Coronil, província de Sevilla e deputado entre 2016 e 2019.

propósitos da criação do sindicato: “Queríamos ser jornaleros, no acomplejarnos y luchar por nuestros derechos contra el señorito” (CAÑAMERO, D. Entrevista concedida a SERRANO, M. 06/08/2016).

Com o fim do governo franquista e a transição democrática com a eleição do PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol) em 1982, cria-se a expectativa de reforma agrária. Em 1984, foi criado o Instituto Andaluz de Reforma Agrária (IARA), mas com um tímido processo de desapropriação de terras públicas para assentamento de famílias, que não atendeu as necessidades prementes no campo.

Nos anos de 1980 e 1990, o SOC promoveu várias ações objetivando a democratização do acesso à terra. Segundo Diego Cañamero, foram mais de 50 ocupações de terra, tanto públicas como privadas, marchas, ocupações de bancos, de prédios públicos, que resultaram na conquista de algumas propriedades, bem como, na formação de cooperativas. No Quadro 1 destacamos as propriedades conquistadas pelo SOC:

Quadro 1 – Andaluzia. Propriedades conquistadas pelo SOC a partir das lutas por terra Anos de 1980-1990

Município/província	propriedade	Área (ha)	Famílias atendidas (aproximado)
Pedreira, Málaga	Mariana	300 ha	5-6 famílias
Sierra de Yeguas, Málaga	Peñuela	150 ha	5-6 famílias
Lebrija, Sevilha (duas propriedades)	Cooperativa Diamantino Garcia	90 ha 2000 ha	2 famílias 200 famílias
Bosque, Cádiz	Tierra Liberta	50 ha	40 famílias
Marinaleda, Sevilha	El Humoso	1.200 ha	Atende trabalhadores desempregados de Marinaleda
Porto Serrano, Cádiz	Lindiano	50 ha	2 famílias
Villa Martin, Cádiz	La Verde	5-6 ha	1 família
Osuna	Decorrente da ocupação de Las Turquillas	50 ha	S.I.
Total		3.895 ha	

Fonte: Diego Cañamero. Entrevista concedida em 22/09/2019.

José Caballero, secretário SAT. Entrevista concedida em 09/10/2019.

A conquista das propriedades mencionadas no quadro representam algumas vitórias, mas que está muito longe de atender aos milhares de jornaleros/camponeses. A forma de organização das propriedades conquistadas pelo movimento possuem características distintas, mas todas seguem sendo públicas. Dessas propriedades, a

Tierra Liberta e a La Verde, ambas situadas na província de Cádiz, trabalham com os princípios da agroecologia, sendo as demais, produzidas pelo sistema convencional. No processo de conquista dessas terras, a trajetória do movimento jornalero/campesino em Marinaleda ficou conhecida, como símbolo de luta e resistência e envolveu greve de fome, ocupações, despejos, manifestações, repressões.

Nas últimas décadas, alguns fatores tem contribuído para dificultar as lutas, como a perda da importância da agricultura frente a outros setores, como meio de produção e como fonte de trabalho, como destaca Talego Vazques (1997, p. 45): “Esta nueva situación ha hecho perder centralidad al trabajo de la tierra como medio percibido por los trabajadores del campo como fundamental para ganar el sustento y, en general, como fuente de la riqueza”. As medidas de ajuda ao desemprego, como o *Plan de Empleo Comunitário*, de 1984, que foi substituído pelo *Subsidio de Desempleo*, transforma suas pautas de luta e concepções sobre o trabalho e sobre o próprio Estado, que de inimigo de classe (antes policial e repressor, no período franquista) se transforma e benfeitor para muitos. Essas políticas assistencialistas foram combatidas pelo então SOC, por causar dependência econômica do trabalhador frente ao Estado, ao passo que não realizava a desapropriação de terras para uso dos trabalhadores, o que contribuiria para desarticular a luta pela reforma agrária.

Nesse contraditório contexto de construção das lutas, o movimento dos *jornaleros* foi ampliando suas frentes de atuação e pautas de luta, extrapolando as questões ligadas especificamente à luta pela terra, conforme Diego Cañamero:

(...) después, el sindicato fue poco a poco reivindicando la problemática del medio rural, no solamente de la tierra. Vivienda social, reparto de trabajadores en paro en la finca de los cortijos de los terratenientes, velar pelo cumplimiento de los coletivos, respetar el medio ambiente, respetar los derechos humanos, respetar, avanzar en la participación en la democracia, participar en lo ayuntamiento democrático. El sindicato se fue extendiendo, extendiendo, hacia la toda la problemática del medio rural. Y el año 2007, demos el paso para crear el Sindicato Andaluz de Trabajadores. Sindicato más amplio que abordara la problemática de todos los sectores que trabajan en Andalucía. La industria, la fábrica, (...), la universidad etc. y así estamos ahora mismo en esta situación, abordando la tierra, abordando los problemas sociales, y también abordando otras problemáticas (Entrevista realizada em 22/09/2019).

No processo de ampliação das demandas e unificação das lutas do campo com a cidade, foi fundado o SAT (Sindicato Andaluz de Trabajadores) em 2007, que desde

então, atua conjuntamente, na luta pelos trabalhadores. O SOC continua a existir, com as pautas específicas do campo, mas inserido dentro do SAT, conforme relato de Diego Cañamero. No contexto de criação do SAT, a Espanha vivenciava uma crise econômica decorrente do “boom” imobiliário. O agravamento do desemprego, trazia novos problemas e desafios. Essa ampliação das pautas de luta do sindicato e a criação do SAT estaria relacionada também ao agravamento dessa crise econômica no período, conforme depoimento de Diego Cañamero. Verifica-se com a criação do SAT, que as transformações nas relações sociais de produção e reprodução dos trabalhadores do campo Andaluz, também articulam-se com as transformações em suas orientações cognitivas, nesse processo interativo entre estruturas econômicas e “cultura do trabalho”, quando ampliam as frentes de atuação para os trabalhadores da cidade, quando inserem a questão ambiental nas pautas de luta.

A situação camponesa se agravou após a crise de 2008, que elevou consideravelmente a taxa de desemprego no país, alcançando níveis ainda maiores em Andaluzia. Se em 2006, a taxa de desemprego estava em torno de 13%, a partir de 2008 foi aumentando, chegando em 2013, a patamares superiores a 35%. A partir do ano seguinte começa a apresentar queda, sendo que em 2015, taxa ainda estava em 31,5%, conforme dados da Conserjería de Agricultura, Pesca y Desarrollo Rural (CAPDR, 2017). Embora apresentando queda a partir de 2013, o quadro de desemprego no segundo semestre de 2019, ainda estava em 21%.

É nesse contexto agrário, de avanço do desemprego com a crise de 2008 e o agravamento da situação de fome e miséria, que muitos trabalhadores desempregados retornam ao campo, intensificando os movimentos de luta pela terra.

Alguns dados sobre as transformações recentes do espaço agrário andaluz nos indicam a complexificação do processo de luta, num contexto de avanço e consolidação de um modelo de produção baseado no uso intensivo de produtos de origem industrial, monopolizado por grandes grupos econômicos, denominados por Ploeg (2008) de impérios agroalimentares. O crescimento do setor de oliveiras em Andaluzia está se dando a partir da grande propriedade e do modelo de produção industrial. Com mudas de alta produtividade e elevado consumo de agrotóxicos, os trabalhadores/ camponeses tem se mobilizado no sentido do questionamento desse modelo produtivo e que está

afetando a produção agroecológica campesina de oliveiras⁴. Dados da Conserjería de Agricultura, pesca y desarrollo rural atestam que há na região de Andaluzia uma perda média anual de 5,5 toneladas de solo por hectare (CAPDR, 2017).

A extinção do IARA⁵ em 2011, significou um duro golpe aos trabalhadores. Com essa medida, não somente se extinguiu o órgão responsável pela reforma agrária, mas todas as propriedades públicas do IARA foram colocadas à venda. As que estavam sob usufruto para fins de reforma agrária teriam que ser compradas pelos usuários e as que não estavam, seriam vendidas em leilão. Estava a caminho um processo de privatização das terras públicas. No site da *Conserjería de Agricultura, Pesca y Desarrollo Rural*, constavam as seguintes propriedades a serem alienadas: La Parra (Granada); Cortijo Vaquero (Granada); Majarambu (Cádiz); Paraje Barruelos (Jaén); Somontes (Córdoba); El Chanza (Huelva); Las Juntas (Jaén); Barruelos (Jaén).

Nesse contexto de aumento do desemprego, extinção do IARA e iniciativa da Junta de Andaluzia para leiloar as propriedades, o SAT intensifica suas mobilizações com um conjunto de ações, incluindo, ocupação de umas dessas propriedades públicas para impedir sua privatização. No verão de 2012, o SAT fez ocupações de terra, de prédios, realizou marchas, fez expropriação de alimentos de grandes redes de supermercados, no sentido de chamar a atenção das autoridades e da população sobre a situação vivida pelos trabalhadores e jornaleros/camponeses desempregados.

No Quadro 2, especificamos algumas dessas ações de resistência e os padrões de conflitividade que envolvem os camponeses e trabalhadores do campo em Andaluzia e os demais setores envolvidos. Os dados foram levantados a partir do site informativo do SAT e outros canais de notícias. Dos conflitos identificados, chama atenção as ocupações de terra realizadas pelo SAT e também as condições de trabalho dos *jornaleros/camponeses*, mas especialmente, das *jornaleras/camponesas*.

⁴ O representante do SAT em Jaén, Moreno Curro, em matéria publicada no site de notícias El Salto (CURRO, 13/07/2019), destaca os impactos produzidos pelo desenvolvimento e expansão da produção de oliveiras em escala industrial. Segundo Moreno Curro, um trabalhador, com uma máquina John Deere ou New Holland, consegue colher 1000 hectares, substituindo o trabalho de 300 diaristas. Além desse impacto, destaca que tem sido desenvolvido variedades de oliveiras para terem suas colheitas facilitadas pela máquina; produtos fabricados pela Syngenta que são aplicados nas oliveiras para que não cresça grammas na plantação, o que traz impactos ao solo.

⁵ O IARA foi extinto com a Ley 01/2011, de 17 de febrero de 2011, da Junta de Andalucía, que dispõe sobre o reordenamento de seu setor público. A extinção do IARA consta em seu artículo 13, subsección 2ª. Publicado no Boletim Oficial nº 36, 21/02/2011.

Quadro 2 – Andaluzia. Padrões de conflitividade e resistência dos camponeses/ trabalhadores

Ação	Sujeitos envolvidos	Município	Motivos SAT	Ano
Greve	Proprietário de terra	San José de la Rinconada	Descumprimento de convênio	2008
Expropriação de alimentos e material escolar	Grupo Mercadona S.A. Grupo Carrefour SAT	Écija Sevilla	Chamar a atenção da sociedade para a situação de fome e desemprego	2012
Ocupação de terras	Estado (Ministério da Defesa) SAT	Propriedade Las Turquillas, de 1.123 ha localizada entre Osuna e Écija	Reivindicar que a propriedade cumpra sua função social, empregando a população desempregada	S.I.
Ocupação de terras	Estado SAT	Propriedade Somontes, em Palma del Rio	Impedir que a propriedade seja privatizada e que ela cumpra sua função social	2012
Ocupação de espaços públicos	Poder público local	Vários	desemprego	2012
Ocupação de propriedades	Estado SAT	Propriedades El Donadio, Casabaja, La rueda Jódar, Jaén	Reivindicar emprego, divisão das terras públicas,	2012-2013
Marcha de la dignidad	Movimentos sindicais	Vários	Marchas pedindo pão, trabalho e teto.	2014
Denúncia e manifestações em frente a empresa	Empresa de matadouros de aves e coelhos SAT/UGT/CCOO	Huelva	Condições de trabalho	2017
Denúncia	Proprietário de terra Trabalhadoras marroquinas	Huelva	Desalojamento das trabalhadoras	2018
Manifestação	Empresa agrícola Espino e Baena Franco Trabalhadores(as) Jornaleros(as) Estado	Tocina, Los Rosales e Carmona; Parlamento de Andalucía em Sevilla	O não pagamento de cotizações de Seguridade Social pelas empresas, mas as sanções foram aplicadas aos jornaleros.	Data aprox. 2015
Marcha e denúncias	Empresários de morangos Mulheres jornaleras	Huelva	Denúncias de exploração: escravidão, agressões físicas, sexuais, verbais, ameaças	2018
Ação judicial	Empresários morangos trabalhadoras	Huelva	Delito contra 25 trabalhadoras: jornadas de 10 horas, sem hora extra insultos, assédio sexual	2018

Fonte: Informe SAT; site de notícias

Org.: Autora, 2019.

S.I – sem informação

Dentre as ações de ocupação de terras, tivemos as propriedades de Somontes e Turquillas. Esta última é uma propriedade de 1.123 ha e pertence ao Ministério da Defesa. Entre ocupações e despejos, foram quatro ao todo. Após ocupações, em 2009 o município de Osuna viabilizou 300 hectares para os trabalhadores, sendo destes, 80 destinados à agricultura ecológica (APARICIO et.al., 2013). A propriedade pública de Somontes (Figuras 1 e 2), localizada no município de Palma del Rio, também foi ocupada para impedir que a propriedade fosse leiloada e privatizada. O anúncio do leilão foi publicado no Boletín Oficial de la Junta de Andalucía (BOJA Nº 174, de 05/05/2011). Desde sua ocupação, em 2012, passaram por processos de despejos e reocupações, num total de sete, até o período de realização desta pesquisa. A última reocupação ocorreu no dia 26 de agosto de 2019, passados 71 dias depois de terem sido desalojados. Desde a ocupação, em 2012, o poder público de Andaluzia não efetuou mais leilões de propriedades públicas.

Figuras 1 e 2 – Palma del Rio, província de Córdoba. Propriedade Somontes, ocupada pelo SAT.



Foto: Autora, 22/09/2019.

O Caso das empresas Agrícola Espino e Baena Franco, divulgado em vários sites de notícias, ocorreu devido ao não pagamento por parte da empresa, da Seguridade Social dos *jornaleros/as* contratados em diferentes períodos, em 2015. O *Servicio Público de Empleo Estatal* (SEPE) teria aplicado aos *jornaleros* que trabalharam nas referidas empresas, sem avisos ou audiências, sansões, cobrança de devolução. Em alguns casos, houve inclusive ação judicial contra os trabalhadores. No depoimento de

uma *jornalera*, a situação assim é relatada: “no cumplen con el convenio que hay, pagan menos dinero que tenían que pagar, hechan mas hora de lo que tenían que hechar e sobre todo, te humillan tu dignidad...” (entrevista concedida a Corrienteroja.net, 19/06/2018). O município de Huelva, assim como os da província de Almería, onde se concentram as culturas sob plástico, são destacados pelo SAT como os municípios onde se concentram trabalhadores estrangeiros, principalmente marroquinos e romanos e onde se concentram também, as denúncias sobre violações de direitos humanos. Devido aos baixos preços pagos, esses municípios não tem atraído os trabalhadores/camposinos da Espanha. No site do SAT de Huelva encontram-se denúncias sobre as condições de trabalho das *jornaleras* na produção de morangos, como a contida na marcha que ocorreu em 17 de junho de 2018, onde denunciavam que,

muchas jornaleras en Huelva han denunciado la situación de esclavitud, donde las agresiones físicas, sexuales y verbales se producen con total normalidad y impunidad. Como los manijeros e empresarios se aprovechan de las diferencias lingüísticas, de las situaciones de vulnerabilidad, para engañarlas y amenazarlas. (Informe SAT, 07/06/2018).

O ato de expropriação de alimentos básicos e material escolar realizado pelo SAT em filial de duas redes de supermercado, Carrefour S/A e Mercadona S/A, é considerado pelo movimento sindical como um ato simbólico para chamar a atenção pública sobre as milhares de pessoas que passam fome em Andaluzia. A imprensa, inclusive, foi chamada para fazer a cobertura. Os alimentos da cesta básica expropriados, foram entregues a famílias desempregadas. O grupo Carrefour não fez a denúncia e considerou o ato como “entrega de alimentos”, mas o grupo Mercadona manteve a ação acusatória contra os trabalhadores contra vinte membros do SAT, que estão sendo julgados pelo ato. O grupo Mercadona S.A., que move a ação contra os trabalhadores, figura entre as grandes redes de supermercado que tem sido beneficiadas com recurso do PAC (Política Agrícola Comum). Em 2011, o grupo recebeu 2.599.483 euros de recursos do PAC, ano em que encontramos a LIDL Supermercados S/A, com 691.655 euros, e o grupo Carrefour S.A., com 126.679 euros (APARÍCIO, s.d.). Em 2018, o grupo Mercadona recebeu 1.831.466,50 euros de ajuda do PAC e o J. García Carrion la Mancha S.A, recebeu 94.169,51 euros (Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación).

No dia 05 de setembro de 2019, dia marcado para o julgamento dos *jornaleros* que fizeram a expropriação de alimentos do grupo Mercadona S.A., representantes de vários movimentos sindicais fizeram um ato público em frente ao Edifício Nova, onde haveria o julgamento (Figuras 3 e 4), que acabou sendo adiado para fevereiro de 2020.

Figuras 3 e 4 - Sevilla. Manifestação movimentos sindicais contra condenação por expropriação de alimentos do grupo Mercadona S.A.



Foto: Autora, 05/09/2019.

Das várias falas de dirigentes sindicais durante o ato, registramos a de Oscar Reina, porta voz nacional do SAT, participante e também acusado pela expropriação dos alimentos:

En este país, (...) es una completa vergüenza que nos juguen por una acción simbólica, que se entere, una acción simbólica, porque nadie roba a cara descubierta, porque nadie roba llamando la televisión si no para ser una acción simbólica (...) Todo lo que sacamos, que por supuesto que los sacamos y yo lo digo con mucha honra que yo saqué el primer carro y no me escondo. Y todo lo que sacamos fue para gente necesitada aquí de la corrala La Utopia. Gente condenada por el sistema capitalista, por un gobierno que no tiene voluntad política. Gente que había sido condenada y desahuciada de su casa y que ocuparan aquí otra vivienda. Gente con mucha dignidad. Dignidad que nosotros también llevamos por nuestra bandera (...) Nuestra dignidad no tiene precio. Y se eso significa tener que entrar en el prison pues entraremos, con la cabeza (...) pues lo único mal que hicimos fue decir que se cumpla la Constitución (...)

(...) no reclaman arriba, pero vamos con mucha fuerza, vamos a ir con las pillas cargadas, (...) porque no nos obligai porque no nos pisotean porque no lo consentimos e vamos a subir con la cabeza vuelta, y vamos a bajar porque nos digan lo que nos digan, con la cabeza vuelta. Y viva la lucha de la clase obrera (OSCAR REINA, 05/09/2019)

Em outro depoimento de Óscar Reina, podemos identificar as reivindicações do sindicato: “Nuestro objetivo es que la tierra cumpla una función social, queremos que

siga siendo pública, pero que nos la cedan para poder explotarla y dar trabajo” e ainda, “se prodría invertir en regadio y sembrar cultivos sociales ecológicos, que necesitan mucha mano de obra y darían muchas peonadas en la comarca, mitigando los altos índices de desempleo”. A compreensão que o movimento tem de suas ações, fundamento que orienta a luta e a resistência, revelam uma ordem moral, que motiva a luta por trabalho para todos, mas também uma preocupação e transformação integrada entre seres humanos e ambiente circundante: “Nuestro objetivo es que la tierra cumpla una función social, queremos que siga siendo pública, pero que nos la cedan para poder explotarla y dar trabajo” e ainda, “la Tierra es un bien de la naturaleza, y por tanto no debería ser una mercancía que se compra y se vende, sino un medio común y público para dar trabajo y cuidar el medio ambiente” (SAT, 26/08/2019).

Conforme já apontado por Diego Cañamero, o SOC/SAT foi aos poucos inserindo a discussão ambiental nas pautas de luta. Um setor do movimento de *jornaleros* ligados ao SOC começa a trabalhar com os princípios da agroecologia, com apoio do ISEC (Instituto de Estudos Campesinos) da Universidade de Córdoba. Conforme Encina et.al. (s.d., p. 4) essa preocupação ecológica que se verifica entre camponeses e trabalhadores do campo andaluz, como sendo pressuposto que remonta de longa data: “*Para los jornaleros andaluces, ya desde el siglo XVIII, el concepto ecología (entendida ésta como el nudo que imbrica cultura, economía y cotidianidad), no aparece separado del uso de la tierra la tierra pa’er que la trabaja*”. Observa-se que nas pautas de lutas, construídas na prática, desde muito tempo, revelam-se a permanência das concepções de propriedade, de formas específicas de trabalho na terra, de compreensão da relação sociedade x natureza, de valores morais, como dignidade, solidariedade, justiça social e uma forma específica de compreensão da luta.

A terra para o movimento, não deve ser propriedade privada, mas deve continuar pertencendo ao Estado. Sendo um bem da natureza e sob os cuidados do Estado, não pode ser apropriada privadamente e deve, nessa perspectiva, servir para gerar trabalho, com a responsabilidade de desenvolver uma agricultura que cuide do meio ambiente e gere empregabilidade. Como bem da natureza, a terra deve também ser cuidada, o que deriva daí a perspectiva ecológica na condução da agricultura. Uma compreensão que os imbuí de uma perspectiva moral, como a dignidade, e dá legitimidade e força para suas lutas, do que compreendem como lutas da classe trabalhadora. Néstor Salvador Galindo,

porta-voz do SAT em Ganada, em entrevista declara que o nascimento do SAT esteve também bastante atrelado ao desenvolvimento de práticas ecológicas: “el nacimiento del ecologismo em Andalucía no pude entenderse sin la participación del movimiento jornalero” (entrevista concedida a SERRANO, M. 06/08/2016). Do profundo conhecimento que o trabalhador/camponês tem da natureza, das suas lutas, construídas historicamente, foram ampliando suas pautas de luta. Sevilla Guzmán (2015), denomina essas práticas de práticas pluriepistemológicas, ou seja, como epistemologia surgida da práxis, que resultaram na agroecologia.

A análise desses processos de luta, seus padrões de conflitividade, colocam o movimento jornalero/campesino em continuo processo de transformação e rearranjo das suas estratégias e pautas de luta, à medida em que transformam-se as relações de produção. As políticas econômicas da União Europeia, que tem o domínio político-econômico da Alemanha e França, tem afetado significativamente os campos andaluzes, com sua política de benefício a poucas grandes empresas, inseridas na divisão europeia do trabalho:

El peaje que España tuvo que pagar integrar-se em 1986 em la UE consistió em deshacerse o reconvertir las ramas productivas que, dentro de la división europea del trabajo, podían hacer competencia a las que ya se habían adjudicado las principales potencias. La “reconversión” subordinó la agricultura y la ganadería a Francia y la industria a Alemania, destruyendo sectores enteros (PEREZ, 2016)

Esse processo tem impactado a produção espanhola, agravando a crise de alguns setores. Por outro lado, os beneficiários tem sido apenas poucas grandes redes comercializadoras e distribuidoras e grandes proprietários que tem recebido ajudas do PAC, contribuindo para aumentar a concentração de terra e o desemprego.

Esses novos padrões de conflitividade reconfiguram as lutas dos trabalhadores/campesinos frente ao Estado e às grandes redes comercializadoras e distribuidoras, grandes proprietários de terra e empresas do campo, agravando também, o quadro repressivo, “lo que convierte al SOC-SAT en uno de los sindicatos más represaliados de toda Europa en la actualidad” (APARÍCIO et.al.). O Sindicato possui aproximadamente 433 mil euros em multas e uma soma total de petição de 416 anos e 11 meses de cárcere reclamados na justiça, envolvendo um total de 637 trabalhadores, incluindo reincidentes, conforme dados levantados no Relatório SAT (s.d.)

Considerações finais

As ações empreendidas/sofridas pelo movimento jornalero em Andaluzia, identificado pelo SOC/SAT, expressam dimensões materiais e imateriais dos sujeitos trabalhadores/camponeses, inseridos em seus contextos de produção e reprodução das relações sociais e nelas, suas lutas por direitos. Compreende-se a partir dessas lutas, a mediação das relações sociais, econômicas, políticas e culturais em uma sociedade desigual, cujo sistema de direitos, evidencia também suas contradições. Esse processo tem levado o movimento jornalero à ações constantes de lutas por direitos (ao trabalho, ao emprego, à terra, à alimentação, ao teto, ao cumprimento de direitos trabalhistas), num fazer cotidiano que vem desde a formação do Sindicato e que os opõe claramente àqueles que possuem interesses antagônicos aos seus, evidenciando a dimensão de classe e das relações de poder que acompanham e pressupõem os direitos humanos.

O atual contexto político-econômico e social em que nos encontramos na atualidade, coloca para os trabalhadores e camponeses novos desafios, exigindo cada vez mais esforços, no sentido de se buscar uma compreensão e possibilidades de resistência e intervenção crítica nesse processo.

Esse cenário impõe um refazer e reflexão constantes. A mediação dessas relações de poder, bem como a sua evidência nos casos em estudo, colocam em questão o apontado por Sanchez Rubio (2018) de que as lutas não podem estar desvinculadas de seus conteúdos históricos, sociais, econômicos, políticos e culturais. Esses planos se inter-relacionam e se complementam. Instituídos e instituintes em sua capacidade de fazer direitos humanos, as lutas por direitos tem esse caráter contraditório e conflitivo. O autor defende uma perspectiva de lutas por direitos multigarantista e pré-violatória, ou seja, as lutas por direitos não devem ser pensadas somente após a violação dos direitos. A construção de dinâmicas de emancipação a partir de co-ensinar e co-educar solidário, numa perspectiva multigarantista e pluriespacial é importante para a construção e fortalecimento das estruturas de resistências. Não basta defender direitos humanos no espaço do trabalho e violá-los dentro de casa.

As ações do SOC/SAT, que no decorrer da sua existência foi incorporando outras pautas de luta, como a dos trabalhos urbanos, a questão ambiental, apontam também para o desenvolvimento de uma compreensão mais cada vez mais ampla e integrada das lutas e resistências. Como pudemos observar, não se trata de receitas

prontas aplicáveis para todos as escalas e dimensões. Mas conhecer e refletir sobre esses processos distintos de lutas por direitos nos permite dimensionar, aprender, refazer e fortalecer nossas lutas e (re)existências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R.A., HERNANDEZ, D.G., COLLADO, A.C. A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampezinização em tempos de impérios agroalimentares. In: Revista Nera, ano 17, n. 24, 2014. p. 9-35.

APARÍCIO, Marco et.al. Luchas populares frente a la concentración y el acaparamiento de tierras em Europa – experiências de resistencia campesina en Andalúcia. Barcelona: EdPAC/GIDHS/CUS-UPC, 2013.

BAENA, Victor Rodriguez. El movimiento jornalero y la democratización del movimiento rural andaluz (1970-1985). Editado por Gonzalo Gutierrez Rodrigues. [s.d.]

ENCINA, Javier, GONZÁLES DE RUEDA, José R., OCAÑA, Luis, ROSA, Montse. La lucha por el movimiento jornalero por el uso de la tierra como proyecto de transformación socioambiental en Andalúcia Occidental. Mimeo.

GARCÍA FERNÁNDEZ, Javier. Movimiento jornalero, sindicalismo de clase y cuestión nacional andaluza en la democratización del mundo rural andaluz. In: <https://historiazgz2017.files.wordpress.com/2017/05/m3-garcc3ada-movimiento-jornalero-sindicalismo.pdf>

GÓMEZ OLIVER, Miguel. Jornaleros andaluces, ¿una clase en extinción? Un análisis de la conflictividad campesina em los años 80. In: SEVILLA GUZMÁN, Eduardo, GONZÁLEZ de MOLINA, Manuel. Ecología, campesinado e historia. Madrid: Ediciones Endymión, 1993. P. 375-407.

MORENO NAVARRO, Isidoro. Cultura del trabajo e ideologia: el movimiento campesino anarquista Andaluz. In: SEVILLA GUZMÁN, Eduardo, GONZÁLEZ de MOLINA, Manuel. Ecología, campesinado e historia. Madrid: Ediciones Endymión, 1993. p. 335-356.

PLOEG, Jan Douwe V. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SANCHEZ RUBIO, David. Crítica a uma cultura estática e anestesiada de direitos humanos: por uma recuperação das dimensões constituintes da luta pelos direitos. In: Revista Culturas Jurídicas, v.4, n. 7, jan/abril 2017. <http://www.culturasjuridicas.uff.br/index.php/rcj/article/view/370/142>. Acesso em 05 de maio de 2018.

_____. Derechos humanos instituyentes, pensamiento crítico y práxis de liberación. Espanha: Edicionesakal, 2018.

_____ Derechos humanos a tiempo completo y en todo lugar: una propuesta multi-garantista en matéria de (mal)trata de personas. In: CORDERO RAMOS, N., CRUZ ZUÑIGA, P. (ed.). *Trata de personas, gênero y migraciones en Andalucía (España), Costa Rica y Marruecos*. Retos y propuestas para la defensa y garantía de derechos humanos. Madrid: Editorial Dykinson, 2019.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova – da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 6ª Ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SINDICATO ANDALUZ DE TRABALHADORES. Informe represión. Sevilla. [s.d.].

SUCH, Fernando Fernandez. Mapa de la distribución y de la tenencia de tierra en Estado español, para seguir pensando. In: *Analizando la realidade*, jan2011, n. 4.

TALEGO VÁZQUEZ, Félix. Democracia asamblearia y liderazgo – la acción política jornalera en Marinaleda. In: *Revista de Estudios Andaluces*. N. 22, P. 67-86, 1996. In: <https://doi.org/10.12795/rea.1996.i22.04> . Acesso em 05/09/2019.

TALEGO VÁZQUES, Félix. Sobre el nombre y el quién de los jornaleros andaluces. In: *Revista Andaluza de Relaciones Laborales*. n. 3, abril, 1997.

Sites de órgãos públicos e entidades

GOBIERNO DE ESPAÑA. País, historia y cultura. In: <https://www.lamoncloa.gob.es> Acesso em 07/09/2019.

LIGA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES. 2016. A luta dos trabalhadores rurais em Sevilla. Em defesa dos camponenses da Andaluzia! Disponível em: www.litci.org. Acesso em 18 de junio de 2019.

MINISTÉRIO DE AYUDA, PESCA Y ALIMENTACIÓN. Beneficiarios de las ayudas de la PAC. Disponível em: <https://www.mapa.gob.es/es/pac/pagos-y-ayudas-de-la-pac/>

SINDICATO ANDALUZ DE TRABAJADORES/AS. 2019. El SAT reocupa Somonte. Disponível em: <http://sindicatoandaluz.info/2019/08/26/ultima-hora-el-sat-reocupa-somonte/>. Acesso em 26/08/2019.

_____ 2019. Juicio a 20 militantes del SAT, por la expropiación de alimentos em Mercadona. Disponível em: <http://sindicatoandaluz.info/2019/08/22/5-sep-juicio-del-mercadona-por-la-expropiacion-de-alimentos/>. Acesso em 22/08/2019.

_____ 2018. CCOO traiciona a los trabajadores del campo com la firma de um convenio donde se reuncial a derechos conquistados. Disponível em: <http://sindicatoandaluz.info/secciones/sevilla/15/07/2018..> Acesso em 22/08/2019.

_____ 2017. Seguimiento masivo en la huelga em Procavi. Disponível em: <http://sindicatoandaluz.info/2017/04/12/seguimiento-masivo-de-la-huelga-en-procavi/>

_____ 2019. En el olivar, precios justos para jornales dignos, el 9 de julio, todos a Sevilla. Disponível em: <http://sindicatoandaluz.info/2019/07/07/en-el-olivar-precios-justos-para-jornales-dignos-el-9-de-julio-todos-a-sevilla/>. Acesso em 22/08/2019.

_____ 2018. <http://sindicatoandaluz.info/2018/10/03/comunicado-del-sat/>. Acesso em 22/08/2019.

_____. 2018. [Huelva] Los abusos em la ‘fresa amarga’ no son de hoy. In: <http://sindicatoandaluz.info>. Acesso em 03/09/2019.

_____. 2018. [Huelva] Fresas sí, pero com derechos, marcha en Huelva. <http://sindicatoandaluz.info>. Acesso em 04 /10/2019.

Sites de notícias

SERRANO, M. SOC. 2016. Cuarenta años del sindicato que dignificó las condiciones del campo andaluz. Disponível em: <http://www.m.publico.es>. Acesso em 27/09/2019.